



EURE
ISSN: 0250-7161
ISSN: 0717-6236
asistenteedicion@eure.cl
Pontificia Universidad Católica de Chile
Chile

“Cada qual no seu quadrado” Segregação socioespacial e desigualdades raciais na Salvador contemporânea

Carvalho, Inaiá; Arantes, Rafael

“Cada qual no seu quadrado” Segregação socioespacial e desigualdades raciais na Salvador contemporânea

EURE, vol. 47, núm. 142, 2021

Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19668189003>

DOI: <https://doi.org/10.7764/eure.47.142.03>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional.

“Cada qual no seu quadrado” Segregação socioespacial e desigualdades raciais na Salvador contemporânea

Inaiá Carvalho inaiammc@ufba.br

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Rafael Arantes rafaelarantes13@gmail.com

Universidade Federal da Bahia, Brasil

EURE, vol. 47, núm. 142, 2021

Pontificia Universidad Católica de Chile,
Chile

Recepción: 09 Septiembre 2019

Aprobación: 03 Enero 2020

DOI: <https://doi.org/10.7764/eure.47.142.03>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19668189003>

Resumo: Este texto discute como os padrões e os impactos da segregação socioespacial se articulam com as desigualdades raciais na sociedade brasileira, com base em dados dos Censos demográficos, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e de algumas pesquisas empíricas realizadas em Salvador, capital do estado da Bahia, que constitui atualmente a quarta maior cidade do país e onde os negros representam a absoluta maioria da população. Para tanto ele se reporta inicialmente à questão da segregação e do denominado “efeito território”, abordando a literatura sobre esses fenômenos e sobre o seu desenvolvimento. Analisa, a seguir, como os padrões de segregação se articulam com as desigualdades raciais e como a concentração de moradores pobres e majoritariamente negros em áreas homogêneas, precárias e desassistidas agrava a sua despossessão e a sua vulnerabilidade, ressaltando que a apropriação diferenciada do território urbano também contribui para a persistência e para o agravamento das desigualdades raciais no Brasil.

Palavras-chave: segregação, desigualdade social, vulnerabilidade.

Abstract: *This paper discusses how the patterns and impacts of socio-spatial segregation are articulated with racial inequalities in Brazilian society, based on data from the Demographic Censuses, National Household Surveys, and some empirical research conducted in Salvador, capital of the State of Bahia, which is currently the fourth largest city in the country and where black population represent the absolute majority. In order to do so, it initially refers to the question of segregation and the so-called “territory effect”, addressing the literature on this phenomenon and its development. It analyses how segregation patterns are articulated with racial inequalities, and how the concentration of poor and mostly black residents in homogeneous, precarious and unassisted areas aggravates their dispossession and their vulnerability, emphasizing that the differentiated appropriation of urban territory also contributes to the persistence and worsening of racial inequalities in Brazil.*

Keywords: segregation, social inequality, vulnerability .

Introdução

Este trabalho analisa as articulações entre a segregação socioespacial e as desigualdades raciais no Brasil contemporâneo, com base em estudos efetuados em algumas das metrópoles mais importantes do país e, principalmente, em Salvador, primeira capital e atualmente uma das suas maiores cidades, onde os negros constituem a grande maioria da população.

Dando início a essa análise, vale lembrar que, como é de amplo conhecimento dos estudiosos da área, embora a segregação socioespacial venha sendo discutida desde os trabalhos de Engels e da Escola de Chicago, no Brasil e em outros países da América Latina a ocorrência desse fenômeno foi por muito tempo ignorada ou até questionada, pois, a mesma era admitida apenas quando havia uma separação forçada e legalmente estabelecida, como nos casos do gueto judeu, do gueto negro e do apartheid sul-africano.

Embora a literatura nacional tenha identificado desde a década de 1970 a dinâmica da exclusão social e das desigualdades urbanas nas cidades brasileiras (Kowarick, 1979; Santos, 1993), só mais recentemente discussões mais refinadas sobre o significado, intensidade, procedimentos de medida e formas de ocorrência da segregação levaram a um reconhecimento do seu caráter histórico e plural. Assim, a segregação se manifesta e pode ser estudada com base no grau de proximidade ou de concentração residencial de famílias pertencentes a um mesmo grupo (seja este definido em termos étnico-raciais, socioeconômicos, culturais ou religiosos), com a concentração de alguns grupos em espaços específicos do território urbano e a constituição de grandes áreas relativamente homogêneas.

Com isso, a partir dos anos 1990 e de trabalhos como os de Caldeira (2000) e Villaça (1998), dos estudos do Observatório das Metrópoles e do Centro de Estudos da Metrópole, o referido debate avançou significativamente no Brasil. Com esse avanço, alguns trabalhos também têm abordado o denominado “efeito bairro”, “efeito território”, ou “efeitos do lugar” (Andrade & Silveira, 2013; Bourdieu, 1997; Sabatini, Wormald & Rasse, 2013), compreendido como os benefícios ou prejuízos que afetam determinados grupos sociais em função de sua localização no espaço urbano, com impactos no que se refere às condições e reprodução das desigualdades sociais, da vulnerabilidade e da pobreza. Uma produção nacional já expressiva se soma agora à vasta literatura internacional sobre essa questão, e a estudos como os de Bourdieu (1997), Jargowsky (1996), Kaztman e Retamoso (2005), Molinatti (2013), Préteceille (2003), Ruiz-Tagle (2016), Seravi (2008), Solis e Puga (2011), Rodríguez (2008), Wacquant (2008) e Wilson (1987).

Analisando esses impactos, embora tal literatura venha assumindo variadas orientações, há um consenso entre os diversos autores de que a aglomeração de grupos despossuídos em espaços relativamente homogêneos e segregados contribui para dificultar o seu acesso a diversas oportunidades e a agravar a sua despossessão. No que tange, por exemplo, à educação, pesquisas efetuadas em diversos países têm constatado a tendência das escolas públicas a se diferenciar conforme a composição social das áreas onde estão localizadas, com sérias desvantagens para aquelas que servem aos moradores das áreas periféricas e com alta concentração de pobres (Ainsworth, 2002; Kaztman & Retamoso, 2006; Marques & Torres, 2005; Ribeiro, 2005; Ribeiro & Katzman, 2008; Ribeiro, Koslinski, Alves & Lasmar, 2010; Torres, Marques, Ferreira & Bitá, 2003; Van Zanten, 2005). Nessas escolas, crianças e jovens

apresentam normalmente um pior desempenho e são mais afetadas por problemas como a repetência, o atraso e a evasão escolar. Embora esse fenômeno esteja associado ao reduzido capital cultural e às condições sociais das famílias, a contribuição do sistema escolar não pode ser menosprezada.

Nessas condições, a escola tem dificuldades de propiciar a esses alunos a aprendizagem e o avanço necessários para o alcance das condições educacionais exigidas para a conquista de melhores posições no mercado de trabalho. Além disso, como para os trabalhadores de menor escolaridade e renda informações e o acesso às oportunidades de trabalho dependem principalmente de contatos e indicações pessoais, a homogeneidade da vizinhança e a estreiteza das redes se somam à visão negativa e ao estigma residencial que atinge as áreas em apreço, dificultando a integração produtiva dos seus moradores, principalmente no caso dos jovens. Em pesquisas realizadas na capital e em outras cidades do Chile, por exemplo, Sabatini, Wormald e Rasse (2013) constataram como o isolamento espacial é adverso às possibilidades e condições de ocupação, contribuindo para a inatividade, para o trabalho precário, o desemprego e a persistência da pobreza. Notadamente no caso das mulheres, que têm maiores dificuldades de se deslocar para as áreas onde se concentram as atividades produtivas, em decorrência de questões como a necessidade de conciliar o trabalho com as responsabilidades domésticas ou dos riscos de se expor a zonas e horários considerados como perigosos.

Gomes e Amitrano (2005) também comprovaram que independentemente de outros atributos sociais (como sexo, cor, juventude ou escolaridade) a população residente nas áreas mais pobres também convivia com maiores taxas de desemprego. Entre outras razões pela pequena oferta de oportunidades de trabalho e obtenção de renda nas referidas áreas, levando seus moradores a arcar com problemas e maiores custos de transporte e de tempo em deslocamentos para as áreas centrais e mais afluentes das cidades, onde se concentram as oportunidades de emprego e de obtenção de renda, assim como os diversos equipamentos e serviços. Isso se transforma em obstáculos à integração produtiva, notadamente no caso daqueles grupos com atributos menos valorizados no mercado de trabalho, como os jovens, os negros, as mulheres e aqueles com menor escolaridade.

Ademais, em realidades como a do Brasil, não se pode esquecer que alguns dos espaços em apreço, marcados pela precariedade, pela informalidade e por uma menor presença do Estado e das instituições de segurança pública (ou de uma ação repressiva e violenta das mesmas sobre os moradores), têm se tornado presas do tráfico de drogas e do crime organizado. Associado à superposição de carências, ao crescimento das desigualdades e à falta de perspectivas, isso tem contribuído para a degradação dos padrões de sociabilidade e para um significativo crescimento da violência, agregando uma vulnerabilidade civil à vulnerabilidade socioeconômica e vitimando, principalmente, jovens negros do sexo masculino.

Mas ainda que as desigualdades raciais sejam bastante acentuadas no Brasil e que a população negra seja predominantemente afetada pelos problemas em discussão, até a década de 1990 poucos estudos se reportavam às suas relações com a segregação, uma vez que essa última era associada fundamentalmente às desigualdades de caráter socioeconômico. Mais precisamente, à concentração dos moradores “de cor” nas camadas mais pobres da população. Durante muito tempo a literatura nacional entendeu que no país haveria preconceito de classe sem preconceito de raça. O Brasil seria diferente dos Estados Unidos da América pois não teria uma “linha de cor” como marcador social, ou seja, um país sem barreiras legais que impedissem a ascensão social dos negros. O racismo assumiu no Brasil um caráter velado, como destacou Ribeiro (2005), ao assinalar como a categoria “boa aparência”, exigida nos anúncios de emprego, é uma das formas sutis de discriminação racial ocorrendo o mesmo com o preconceito contra “favelados” e similares, uma vez que o local de moradia expressa e reproduz a segmentação estamental da hierarquia social e o lugar do negro nessa hierarquia.

Destacam-se, entre os pioneiros na percepção e análise das dimensões raciais do processo de segregação no Brasil, estudos como os de Garcia (2009), Rolnik (1989), Silva (2006) e Telles (2003). Ressaltando a lacuna sobre o “tema empírico do negro nas cidades” Rolnik (1989) se reporta aos territórios negros de São Paulo e do Rio de Janeiro, conformados pela escravidão e pela constituição de uma comunidade negra que se concentrou nas ruas, nos mercados, nos espaços das irmandades religiosas e especialmente nos quilombos urbanos (casas coletivas ou cômodos no centro da cidade ou em núcleos semi-rurais). As transformações oriundas da abolição da escravidão e da modernização da sociedade brasileira transformaram esses territórios, impactando na expulsão dos negros dos cortiços e dos lugares centrais para as favelas no Rio de Janeiro e os loteamentos clandestinos nas periferias urbanas em São Paulo. Ampliados pelas migrações, esses territórios são estigmatizados e marginalizados, ainda que os bairros mais valorizados sejam dependentes deles para a sua manutenção, configurando o que a autora considerou um *apartheid* velado, que expressa a “segregação racial, discriminação e dominação branca nessas sociedades” (Rolnik, 1989, p. 29).

Reconhecendo que a dimensão racial não é autoevidente e nem tem o mesmo caráter dos Estados Unidos ou da África do Sul, Telles (2003) critica a ideia de que a segregação residencial se deva apenas às diferenças de classe no Brasil. Pesquisando algumas metrópoles brasileiras, o autor constatou a existência de uma segregação moderada se comparada aos padrões americanos e que seria associada às diferenças de classe, ao racismo e à autosegregação dos negros, que escolheriam suas moradias considerando, entre outros aspectos, a possibilidade de serem discriminados ou a preservação de vínculos culturais e religiosos. Para o autor, entre os grupos e áreas residenciais de alta renda a segregação racial é mais acentuada, inclusive pela ausência de classes médias e de uma elite negra que possam disputar esses espaços. Entre os pobres, porém, premidos pelas condições de sobrevivência a viver principalmente em

moradias autoconstruídas nas periferias ou em outras áreas desfavoráveis, ela seria bem mais reduzida.

Já o estudo de Garcia (2009) evidencia em que medida a segregação tem um caráter não apenas social como racial, abordando como esse fenômeno se manifesta nas antigas capitais brasileiras, Salvador e Rio de Janeiro. Estudando a trajetória e a organização espacial das referidas capitais, sua pesquisa destaca a existência de uma expressiva correlação entre a estratificação racial e a estratificação espacial. Nas duas cidades os estratos superiores e brancos se encontram recorrentemente sobre representados em espaços privilegiados em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, enquanto os negros se aglomeram em territórios precários e desprovidos dessas condições. Ademais, as hierarquias, desigualdades e localização no espaço urbano interferem decisivamente sobre as condições de vida e de bem estar dos diferentes segmentos sócio raciais em detrimento da população negra, mesmo naqueles centros em que ela é amplamente majoritária, como ocorre em Salvador.

Com o avanço mais recente das pesquisas nesse campo, autores como França (2015) e Silveira (2014) vêm confirmando essas constatações. Através do cruzamento da variável raça com categorias socioeconômicas, França observou em São Paulo um grande isolamento dos brancos mais ricos em relação a todos os outros grupos sócio raciais, mas especialmente em relação aos negros mais pobres, índice que, segundo o autor, é compatível com aqueles das cidades americanas hiper segregadas. Classe e raça se mesclam nesse processo, de modo que a segregação racial tende a ser menor nas camadas de baixa renda, mas se eleva progressivamente ao longo da hierarquia social. Isso seria causado pelas barreiras invisíveis que dificultariam a entrada dos negros nas classes médias e pela cultura racista que propaga representações dos negros como subalternos. Eles ficariam afastados em termos residenciais também devido à distância cultivada nas relações de sociabilidade, vizinhança, intercasamentos, etc., especialmente nos grupos médios e altos.

Resultado semelhante foi obtido por Silva (2006) em pesquisa anteriormente realizada na cidade de São Paulo. Analisando a vida dos negros em bairros periféricos, mas também em bairros centrais e mais valorizados, a autora identificou um conjunto de constrangimentos vividos pelas famílias negras nos espaços de classe média e alta, mesmo quando os moradores possuíam status e renda compatíveis. No ambiente escolar, no comércio da região ou no elevador dos seus próprios condomínios, os negros sofriam racismo, o que implicava em múltiplas formas de resistência, adaptação, tensão ou introjeção do sentimento de inferioridade.

Em estudos sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte, Silveira (2014) destaca que, ainda que a segregação residencial não seja causada por variáveis raciais já que não existem evidências concretas no Brasil de ações deliberadas de brancos em se segregarem, ela possui uma clara correlação com a raça, gerando a concentração de famílias negras em regiões com menor renda. A segregação residencial dos grupos raciais, entendida como um intermédio entre a origem e o destino socioeconômico dos

indivíduos, seria uma expressão do racismo estrutural da sociedade brasileira, que diminui a probabilidade dos grupos negros de obterem melhores condições de vida quando comparados com os brancos.

A partir de um estudo concluído recentemente sobre o caso de Salvador (Carvalho, 2018), o presente texto aprofunda a discussão sobre a articulação entre as desigualdades raciais e urbanas nessa cidade, enfatizando a influência do “efeito território” sobre as condições de vida do contingente negro. Para tanto, o trabalho se baseia na tabulação de dados quantitativos de fontes secundárias, como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e na utilização de dados qualitativos provenientes de diversas pesquisas realizadas em Salvador, tanto pelos autores quanto por outros pesquisadores. Desses trabalhos foram retirados especialmente trechos de entrevistas que evidenciam a dimensão racial da segregação socioespacial em Salvador. Além desta Introdução, o trabalho abrange uma segunda parte sobre os padrões socioeconômicos e raciais de segregação que prevalecem em Salvador e uma terceira sobre os impactos desses padrões, à qual se seguem algumas observações finais.

Padrões de segregação e raça em Salvador

Salvador foi a primeira capital brasileira e constitui atualmente a sua quarta maior metrópole, com uma população de 2.674.923 habitantes, conforme o Censo de 2010. Destacando-se pela beleza natural, por sua rica cultura e patrimônio histórico, a cidade teve os seus padrões atuais de apropriação do espaço urbano e de segregação definidos e consolidados a partir de 1960. Foi nesse período, marcado por uma extraordinária expansão econômica e populacional, pela modernização e metropolização da velha cidade, que seu desenvolvimento se orientou em torno de três grandes vetores: a Orla Marítima Norte, o denominado “Miolo” e o Subúrbio Ferroviário, no litoral da Baía de Todos os Santos, que se somaram à antiga área central, hoje relativamente estagnada e decadente, conforme apresentado pela Figura 1.

O primeiro constitui a área “nobre” da cidade, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos e serviços urbanos, os espaços de lazer e os pontos de atração turística, assim como as oportunidades de trabalho e de obtenção de renda, ainda que essas últimas permaneçam relevantes no centro tradicional. O segundo, que tem essa denominação por estar localizado no centro geográfico do município, começou a ser ocupado com a implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa”, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas ocupações irregulares, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente, o Subúrbio Ferroviário, que começou a ser habitado com a implantação de uma linha férrea, em 1860, tornou-se a partir de 1940 a localização de vários loteamentos populares e ocupações irregulares. Para lá também foram transferidos moradores de assentamentos erradicados pela Prefeitura na

“área nobre” da cidade, de forma que o Subúrbio se transformou em uma das áreas mais carentes da capital baiana, marcado pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infraestrutura e serviços básicos, pela pobreza dos seus moradores e por altos índices de violência.

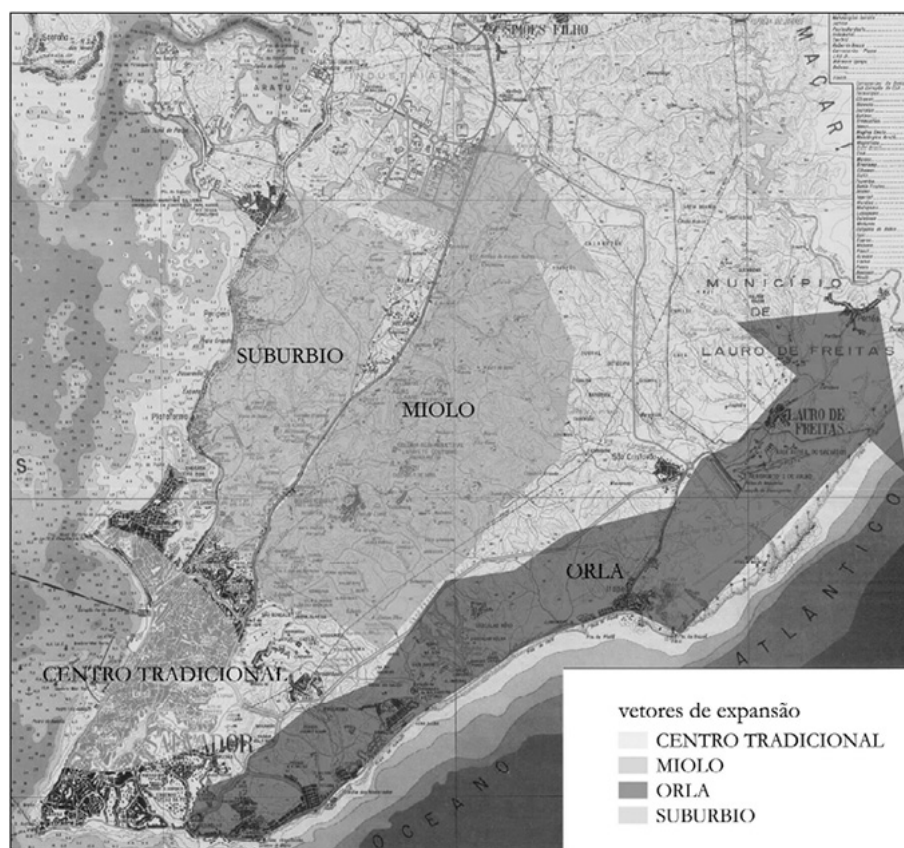


FIGURA 1
Vetores de expansão de Salvador, anos 1970
CARVALHO E PEREIRA (2008)

A apropriação diferenciada desses espaços e os padrões de segregação de Salvador foram analisados por Carvalho e Pereira (2008 e 2014) com a metodologia do Observatório das Metrópoles.¹ Levando em conta como as diversas categorias estão representadas no território da cidade, foi elaborada uma tipologia que as classificou como superior, média superior, média, popular, e popular inferior, de acordo com a composição dos seus moradores.² Com base nessa classificação, ficou patente a ocupação da Orla Atlântica predominantemente por grandes empregadores, dirigentes e trabalhadores “intelectuais”, ressaltando-se alguns enclaves de cunho popular. Os setores médios também ocupavam essas áreas, assim como o centro tradicional e as mais antigas da cidade. Já as áreas populares abrigavam a população que não tinha maiores possibilidades de escolha residencial, alojando-se, principalmente, em parcelamentos clandestinos e moradias precariamente construídas no Miolo e/ou no Subúrbio. Os trabalhadores de subsistência tinham forte presença nessas áreas e em alguns pequenos interstícios da Orla Atlântica, como ilustra a Figura 2. E como a apropriação do espaço urbano está

estritamente articulada com a posição na estrutura social e com as desigualdades, essa divisão tem uma significativa conotação racial, com os referidos espaços sendo marcados igualmente por suas diferentes “cores”.

Entre as características da capital baiana estão o seu restrito desenvolvimento econômico e a dimensão dos seus problemas sociais, baixos níveis educacionais, carência habitacional, precariedade ocupacional, desemprego e pobreza que atingem uma grande parcela dos seus moradores, penalizando especialmente os negros,³ o que pode ser observado por diversos indicadores, como os apresentados na Tabela 1.

tabela 1
Condições ocupacionais, por raça. Salvador, 2017 e 2018*

condições ocupacionais	cor ou raça			
	total	brancos	pardos	pretos
Desocupação entre as pessoas de 14 anos ou mais de idade	19,2	12,8	21,3	19,1
Trabalhadores sem instrução ou com o fundamental incompleto entre as pessoas de 14 anos ou mais ocupadas	32,7	19,2	33,3	36,4
Trabalhadores com instrução superior completo entre as pessoas de 14 anos ou mais ocupadas	18,4	40,9	16,2	13,3
Trabalhadores informais entre as pessoas de 14 anos ou mais ocupadas	34,2	30,8	34,9	34,0
Trabalhadores domésticos entre as pessoas de 14 anos ou mais ocupadas	7,4	4,0	6,4	9,4
Empregadores entre as pessoas de 14 anos ou mais ocupadas	3,2	10,1	2,1	2,3
Rendimento médio mensal no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais (em reais)	2.252	4.351	2.051	1.520

IBGE. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA,
PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017 E PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018

* os dados relativos a desocupação e renda se referem ao primeiro trimestre de 2018. os demais ao primeiro trimestre de 2017

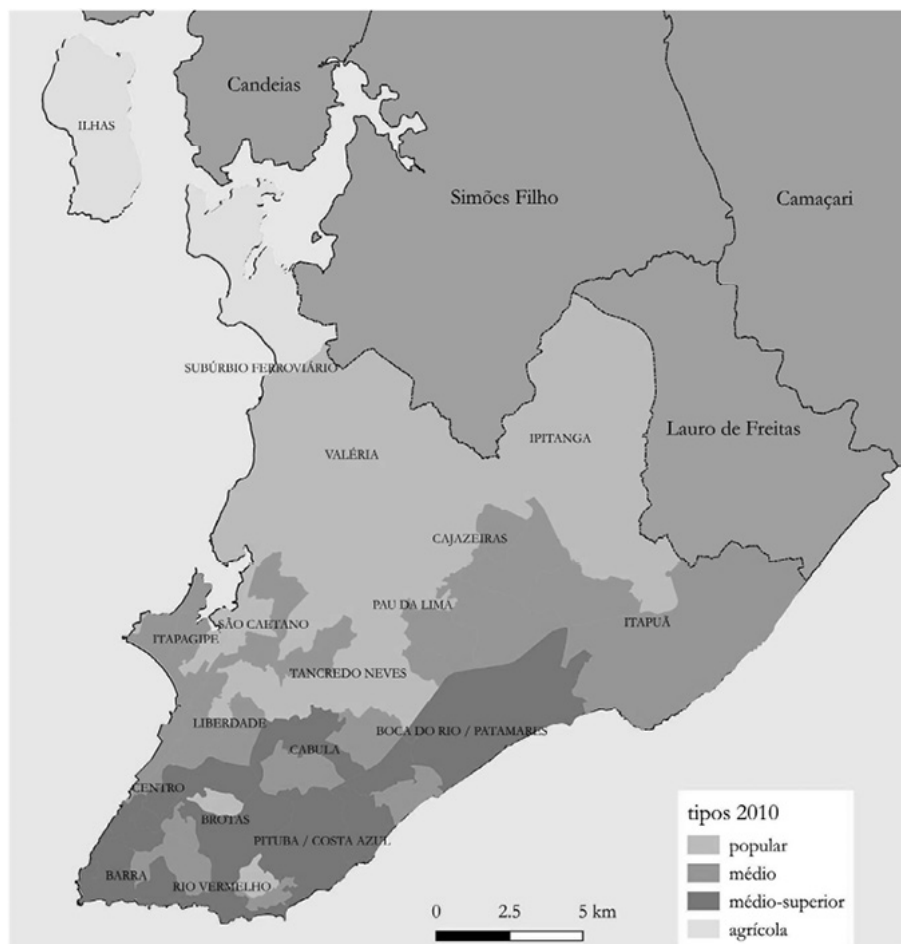


FIGURA 2

Tipologia socioespacial. Região Metropolitana de Salvador, 2010

IBGE, DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010. CONFORME CARVALHO E PEREIRA (2014)

Como visto na tabela, a taxa de desemprego é mais elevada entre os negros que entre os brancos. Trabalhadores com instrução de nível superior e empregadores predominavam nesse segundo grupo, enquanto os ocupados com baixo nível de instrução, os trabalhadores informais e os trabalhadores domésticos eram mais frequentes entre os negros. Os brancos auferiam rendimentos médios no trabalho principal que chegavam a mais que o dobro dos ocupados que se autodeclaravam pardos e a quase três vezes aos daqueles que se autodeclaravam pretos, o que se reflete sobre as condições de vida e de moradia desses contingentes e sobre os padrões locais de segregação.

Com a metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles e a utilização dos microdados dos Censos foi possível identificar a dimensão racial desses padrões (Figura 3, Figura 4 e Figura 5). Privilegiadas em termos da infraestrutura e serviços urbanos, das oportunidades de obtenção de emprego e renda e de outros recursos, a área Central e a Orla Atlântica constituem os espaços residenciais privilegiados da parcela branca da população, enquanto o Miolo e o Subúrbio Ferroviário, que apresentam condições mais precárias de habitabilidade, menor disponibilidade de infraestrutura e serviços e carência de oportunidades

de trabalho e de amenidades, abrigam predominantemente a parcela negra da população.

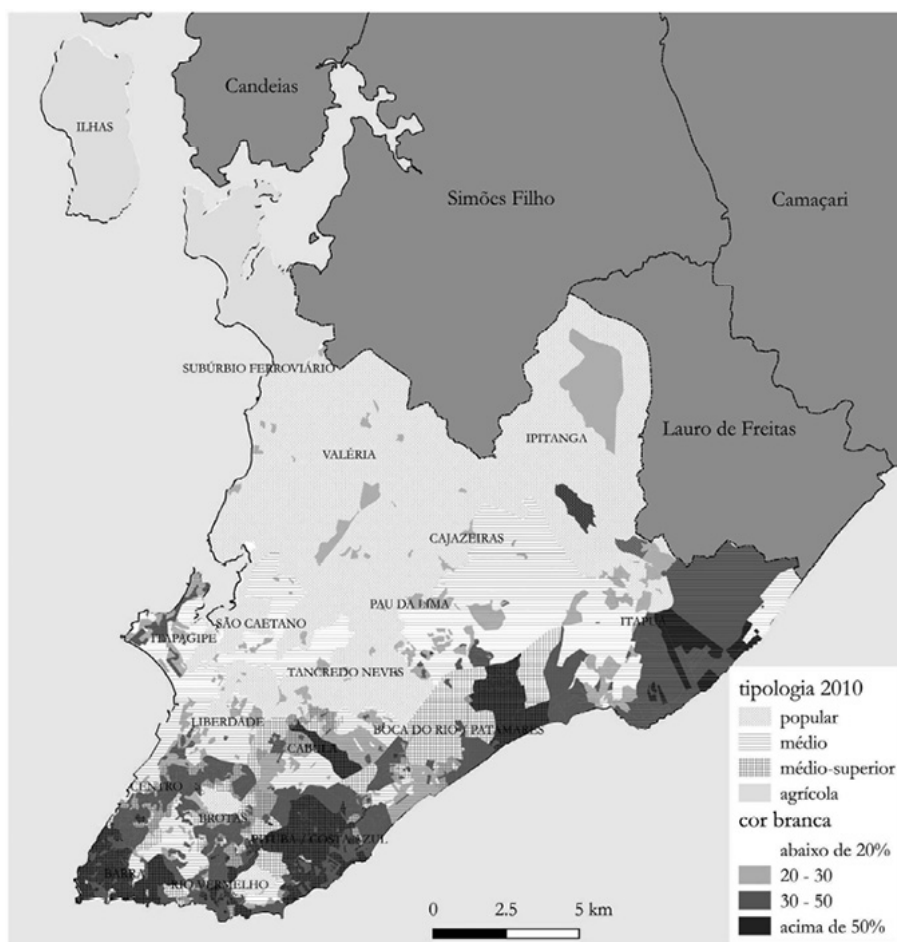


FIGURA 3
Concentração residencial dos brancos. Salvador, 2010
 IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2010

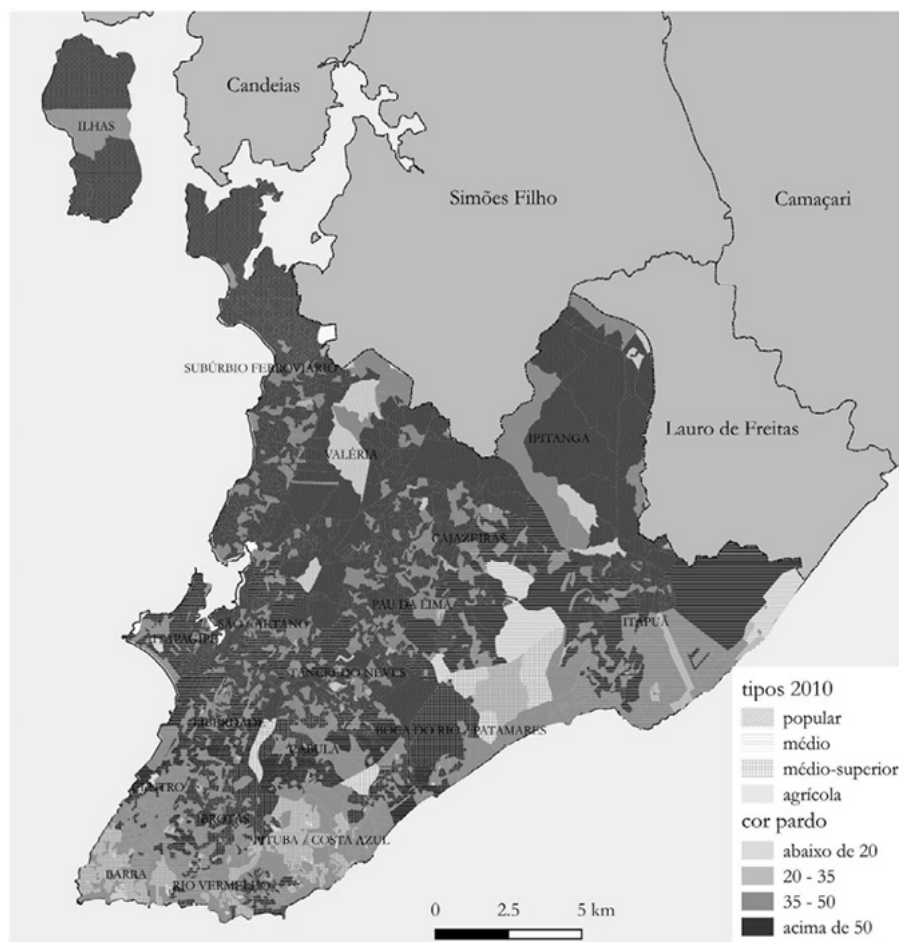


FIGURA 4
Concentração residencial dos pardos. Salvador, 2010
IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2010

Além disso, informações relativas à composição racial dos diferentes tipos de área encontradas na cidade mostram que os brancos se concentram nas áreas classificadas como de tipo superior ou médio superior, e nos seus locais mais elitizados. Já a grande maioria dos negros, historicamente explorados, discriminados e pauperizados, se aglomera nas áreas de tipo popular e popular inferior, em ocupações e loteamentos irregulares. Ocupações e loteamentos situados em pequenos interstícios do espaço central do território urbano, de ocupação mais antiga, nas periferias do Miolo e do Subúrbio, ou nos limites de Salvador com alguns municípios vizinhos.

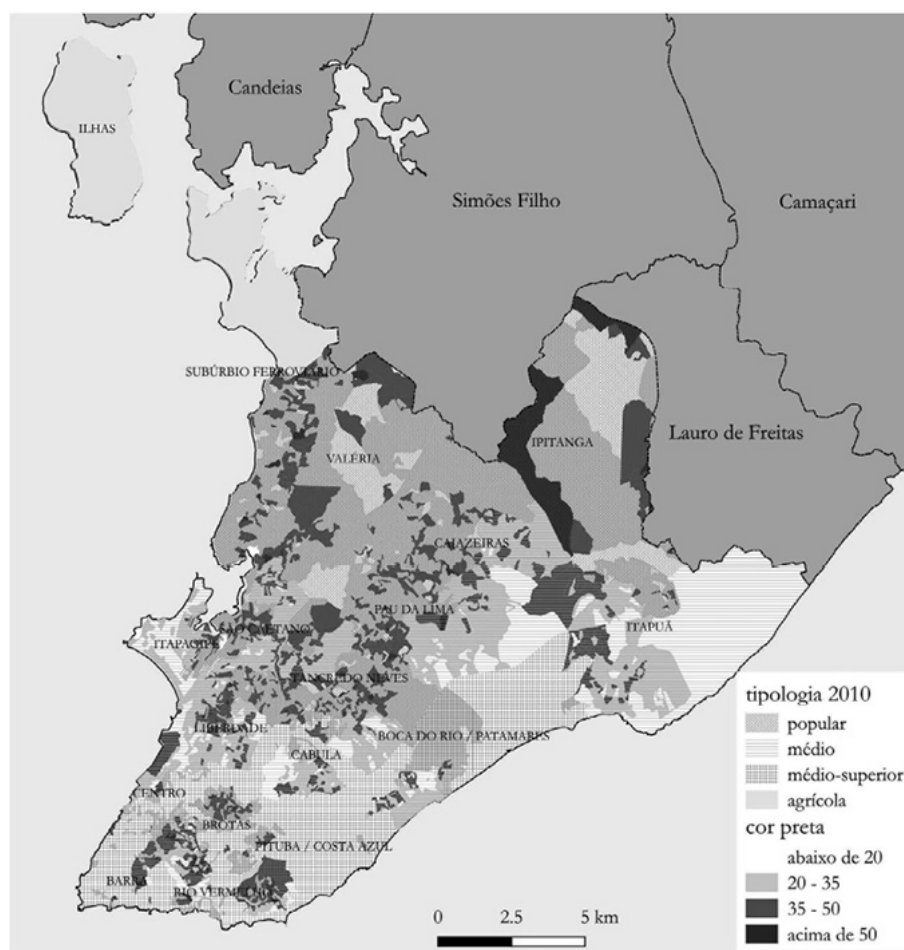


FIGURA 5
Concentração residencial dos pretos. Salvador, 2010
 IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2010

Ademais, as formas como as desigualdades de classe e de raça se articulam na apropriação do território urbano não se manifestam apenas no que se refere à vizinhança, podendo ser observadas através dos usos dos espaços públicos e das práticas cotidianas. As evidências coletadas por Arantes (2016) em uma pesquisa sobre os usos dos espaços públicos e a sociabilidade urbana em Salvador demonstram as diversas estratégias de autosegregação física e simbólica existentes na cidade. Boa parte das representações sobre esses espaços os identificam como lugares violentos, que seriam frequentados por “grupos perigosos”. Esses estigmas se vinculam também ao perfil social, às práticas e ao dito padrão “moral” dos seus frequentadores. Isso engendra uma evitação desses lugares baseada em tensões e preconceitos, muitas vezes de cunho racial, conforme é ilustrado pelos depoimentos que se seguem:

Hoje eu não gosto [das festas populares] por causa do acesso, da segurança e uma questão estética. *São muitas pessoas feias, independente da cor. É uma questão estética.* (Corretor, 42 anos, morador de um bairro de perfil médio-alto)

Nunca fui muito fã [das festas públicas de largo]. Vou raramente. Acho que tem muita gente. Não tenho vontade de ir. É como um carnaval, uma bagunça, uma bebedeira. *Acaba sendo um lugar que mistura muitos segmentos da sociedade e acaba*

dando muita gente feia. (Estudante, 25 anos, morador de um bairro de perfil médio-alto)

Embora tal imaginário esteja fortemente vinculado às representações e práticas dos grupos médios e altos, não está restrito a eles. Diversos entrevistados utilizaram expressões depreciativas para se referir aos grupos populares, na maioria negros, e para qualificar os espaços públicos e seus frequentadores, como “baixo astral”, lugar que não é “de família”, onde se concentram “maloqueiros”, “pessoal com cara de ladrão”, “pessoas que não têm muita cultura e dançam até o chão”. Muitos deles se referiram constantemente à ideia de que em alguns espaços as pessoas fazem “bagunça/baderna” em contraposição a ambientes mais “familiares”. A “falta de educação” existente nesses lugares foi constantemente associada a pessoas de baixa renda, mesmo entre aqueles que auferiam rendimentos baixos e eram moradores de bairros periféricos. Isso indica a existência de estratégias de distinção engendradas não apenas entre diferentes classes, mas também entre estratos de classes ou no interior de uma mesma classe, como, de um lado, uma introjeção da violência simbólica imposta pelos grupos hegemônicos e, de outro, como uma estratégia de fuga desses preconceitos, o que constrói formas de segmentação interna.

Foram identificadas variadas e complexas formas de distinção repletas de preconceitos sociais, étnicos, culturais e estéticos que se expressam não apenas na evitação dos espaços públicos, mas também em formas de autosegregação, especialmente entre grupos médios e altos, além de tentativas de controle social dos grupos considerados como indesejáveis. Essa estratificação impacta fortemente sobre as relações de sociabilidade e inclusive sobre a autoestima de diversos jovens, em geral negros e de origem popular, que muitas vezes introjetam os preconceitos vigentes, assim como a dimensão simbólica da segregação (Serpa, 2013), conforme ilustra o seguinte depoimento:

[Evita] festas em boates, casas de show fechadas. Por exemplo, Tarantino [boate valorizada de perfil médio e alto]. Quando fui não me senti à vontade porque eu achava as pessoas tão superiores a mim, aparentavam ser mais bonitas, mais ricas, sociáveis. Pessoas com condição superior à minha. (Estudante universitária, negra, 22 anos, moradora de um bairro de perfil popular)

A experiência dessa entrevistada é paradigmática no que refere ao impacto do racismo no espaço social e no território da cidade. Jovem, de perfil de renda médio-alto com histórico de ascensão social, mas moradora de um bairro popular e negra, era alvo de exclusão por parte de seus colegas de uma universidade particular, majoritariamente brancos. Como destacou Munanga (2006), há a possibilidade aí de criação de um duplo isolamento: ainda que moradora de um bairro periférico majoritariamente negro, ela já não mais se identificava com um conjunto de práticas sociais dos jovens do seu bairro e vizinhos, introjetando muitas vezes o preconceito vigente, mas tampouco era aceita plenamente nos novos espaços que começara a frequentar, a universidade ou mesmo as boates valorizadas, criando um sentimento de não pertencimento (Silva, 2006). O relato que se segue também demonstra como a cultura racista

pode impactar no uso mais amplo dos espaços da cidade, desta vez de forma bastante direta:

[Não vai a] essas partes das áreas nobres, da orla em si, eu acho que eu não sou muito de frequentar porque eu vejo assim muita discriminação em si, geralmente com a galera negra; você chega num lugar desses, num espaço desses, e nêgo [sic] começa a te olhar com mal visto, acha que você é marginal, até pelas suas vestes, se você botar uma roupa mais simples, aí nêgo [sic] acha que você se envolve [com crimes]; então eu evito. Já [aconteceu comigo], já, a gente uma vez foi, eu e meu primo, a gente foi tomar um banho de mar, aí a gente começou a andar e a mulher simplesmente começou a olhar pra gente e ficou assustada dizendo que a gente tava [sic] seguindo, aí chamou o policial e ele veio chamar a gente pra conversar. A gente [disse] “não, a gente veio tomar um banho de mar”. *Aí a gente começou a evitar certos lugares de certa comunicação com esse pessoal até porque eles acreditam que só porque é negro... (...). Se for pra escolher entre frequentar os espaços lá [da Orla] e os espaços da minha periferia eu prefiro os da periferia até porque eu me sinto mais a vontade de ficar lá [na periferia].* (Estudante universitário e trabalhador, negro, 24 anos, morador de um bairro de perfil popular)

Mesmo quando compartilham determinados espaços da cidade, os diferentes grupos colocam em prática múltiplas formas de autossegregação, preconceitos, evitações. Na prática, as interações acabam tendo um perfil intraclassista e muitas vezes intraétnico, não apenas por uma questão de acessibilidade e localização dos espaços, mas também devido aos *habitus*, estilos e interesses dos diversos grupos, conforme o depoimento de uma entrevistada que, refletindo sobre os tipos de pessoas que encontra quando sai de casa, percebe que elas são, no fundo, muito parecidas a ela.

As interações geralmente se pautam numa autossegregação dos grupos (Serpa, 2013). Mesmo quando são mais diversos, os espaços públicos acabam se convertendo em lugares fragmentados, marcados por estratégias de neutralização das diferenças. Como destacado por Andrade e Silveira (2013), quando ocorre a proximidade de grupos socialmente distantes, ela vem acompanhada de dispositivos de diferenciação e distanciamento social. A segmentação pelos hábitos e aparências são estratégias de identificação necessárias para que o status social dos grupos não seja objeto de dúvida e isso ocorre levando em consideração diversos atributos sociais, entre eles a dimensão racial, conforme também identificado por Treuke (2018). Em pesquisa em bairros pobres e de maioria negra de Salvador vizinhos a bairros de média e alta renda, predominantemente brancos, ele constatou que, abstraindo-se as relações empregatícias, a proximidade física não altera a distância social. Ela foi constatada pelo autor até mesmo no que tange à utilização dos espaços públicos existentes entre os referidos bairros, em declarações como as de que:

(...) a gente aqui no bairro é muito discriminada pelos bairros da vizinhança (...) *primeiro por ser negro*, segundo por morar em favela, que a gente mesmo considera isso aqui como uma favela, invasão, e pela situação financeira e social que a gente não tem a renda per capita que eles têm. (Treuke, 2018, p. 184)

(...) estamos aqui bem localizados, mas existe a desigualdade e separação (os moradores do nosso e dos outros bairros permanecem) *cada qual no seu quadrado*.
(Idem)

Segregação e “efeito território”

Fica patente, portanto, que a raça não constitui uma categoria pouco significativa na constituição dos padrões de segregação residencial, ainda que a mesma não seja autoevidente e apresente uma dimensão moderada no caso de Salvador e de outras cidades brasileiras, acentuada nas áreas superiores, mas bastante reduzida nas áreas populares, onde os pobres e os negros estão concentrados. Além disso, essa concentração parece contribuir para a reprodução das desigualdades raciais, na medida em que a aglomeração dos grupos despossuídos e majoritariamente negros em grandes áreas homogêneas e precárias aumenta a gravidade dos seus problemas, com uma superposição de carências, uma deterioração das condições de vida e uma ampliação da sua vulnerabilidade em termos sociais e civis.

No que tange à educação, por exemplo, problemas como os baixos níveis de escolaridade da população, a precária qualidade do ensino e as taxas de atraso e evasão escolar representam marcas básicas da cidade, mas se diferenciam conforme o padrão de ocupação do espaço urbano, sendo particularmente desfavoráveis nos bairros populares do Centro, do Miolo e do Subúrbio, assim como nos poucos e pequenos enclaves de baixa renda que conseguiram se consolidar e persistem na Orla Atlântica. Decorrentes de um complexo conjunto de fatores, confirmando as observações da literatura apresentada no início do presente texto, essas desigualdades não estão dissociadas das condições do sistema de ensino (mais precisamente, do ensino público, que atende às camadas populares e à maioria da população) e de sua distribuição e diferenciação no espaço urbano, como bem analisa Costa Silva (2016).

Embora os estabelecimentos do ensino público persistam localizados sobretudo na área central de Salvador a expansão do ensino fundamental levou essas escolas a praticamente toda a cidade, ainda que na maioria dos casos elas se caracterizem pela precariedade de sua infraestrutura, não dispondo de biblioteca, quadra de esportes, laboratório de ciências ou laboratório de informática. Os estabelecimentos de ensino médio estão localizados notadamente na área central e na Orla Atlântica e a qualidade do conjunto de estabelecimentos se diferencia significativamente de acordo com sua distribuição. Conforme a pesquisa de Costa Silva (2016), a grande maioria das escolas que poderiam ser consideradas como relativamente bem equipadas, dispondo simultaneamente de biblioteca, laboratório de ciências e laboratório de informática, está localizada nos espaços privilegiados da cidade. Os indicadores relativos à formação do corpo docente, à relação professor/aluno e à disponibilidade de suporte pedagógico também são mais favoráveis nesses estabelecimentos. Aqueles com elevada proporção de alunos/professor, por exemplo, praticamente inexistem na área central e na Orla, concentrando-se nos bairros pobres do

Miolo e do Subúrbio, e se refletindo no cotidiano das escolas, interagindo sobre as possibilidades de atenção, acompanhamento e estímulo aos estudantes e sobre a formação de laços subjetivos entre professores e alunos, com impactos relevantes sobre o seu rendimento e possibilidades de sucesso em termos educacionais.

A distribuição de coordenadores pedagógicos é também bastante desigual. Unidades situadas nas coordenações regionais do Subúrbio e do Miolo, por exemplo, possuíam coordenadores em apenas 21%, 14% e 13% das suas escolas. Já na coordenação regional do Centro a proporção daquelas que dispunham desses profissionais chegava a 67,5% em 2010, conforme levantamento da Secretaria Municipal de Salvador (Costa Silva, 2016, p. 178). Além disso, em resposta a uma indagação da Prova Brasil sobre o futuro escolar dos alunos, os professores deixaram claro as suas baixas expectativas quanto ao desempenho e ao futuro dos seus discentes. Mais da metade considerava que os alunos não iriam além do ensino fundamental e apenas 12,9% que os mesmos chegariam ao ensino superior. Não deixam de ser respostas realistas, mas elas expressam, igualmente, a visão dos docentes sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos, que atribuíam sobretudo a fatores como a falta de acompanhamento e assistência da família na execução das tarefas escolares, o desinteresse e a carência de esforços no sentido de um melhor desempenho, a influência do meio em que vivem, a indisciplina nas salas de aula e o baixo nível cultural dos pais. Problemas institucionais e pedagógicos foram mencionados em último lugar e os professores acreditavam ter pouco poder para enfrentar as dificuldades em discussão.

Levando em conta que é justamente nos espaços mais pobres que a educação das crianças e dos jovens demanda uma maior qualificação e cuidado, a dimensão e desigualdades educacionais no espaço urbano não são de surpreender. Nas áreas de tipo popular e popular inferior que predominam no Subúrbio e no Miolo, por exemplo, um atraso escolar de dois anos entre os sete e quinze anos era quatro ou cinco vezes mais elevado e o abandono escolar entre os quinze e dezessete anos de cinco a seis vezes superior ao que se registrava nas áreas de tipo médio superior localizados na Orla.

Os impactos dessa realidade são patentes e puderam ser observados, por exemplo, em pesquisa realizada por Santos (2018) sobre os efeitos do lugar no acesso dos jovens à estrutura de oportunidades em dois bairros populares e de maioria negra de Salvador. O acesso a níveis mais elevados de ensino era bastante restrito e, nos raros casos em que ocorria, estava associado a condições diferenciadas em termos de incentivo da família, participação em projetos sociais e, principalmente, esforço pessoal dos jovens, envolvendo, entre outros aspectos, iniciativas como o deslocamento do bairro para as áreas mais afluentes da cidade em busca de escolas mais qualificadas, como ilustra o depoimento de um jovem conseguiu ingressar na Universidade Federal da Bahia mediante um extraordinário esforço pessoal e a política de cotas raciais e sociais dessa universidade.

Pra você ter ideia, eu passei no Thales de Azevedo (um dos melhores colégios públicos de Salvador, localizado na Orla), pela seleção e ia e voltava andando, porque tinha as pendências (dificuldades financeiras) em casa e eu saía daqui cedo, nove da manhã, estudava à tarde, chegava lá umas 9:30, relaxava e ia estudar, ficava lá o dia todo... eu sempre tive isso na minha mente, se eu quisesse alguma coisa tinha que ir buscar, porque eles não querem (...) Aqui tem escolas, mas não tem incentivo, estímulo, professores não têm condição mínima de trabalho, para você ter ideia". (Estudante universitário, negro, 22 anos, morador de um bairro popular. Conforme Santos, 2018, p. 167)

Sem que o sistema escolar lhes propicie a aprendizagem e o avanço necessários para o alcance das competências e credenciais educacionais cada vez mais exigidas para a conquista de melhores condições de integração, ocupação e mobilidade social, os moradores dos espaços populares também são penalizados pela distribuição dos estabelecimentos comerciais e de serviços e das oportunidades de emprego e renda no espaço urbano. Os padrões de urbanização e a concentração de renda que têm marcado o desenvolvimento de países como o Brasil têm levado a uma enorme concentração das oportunidades de emprego e renda no centro das cidades e nos seus bairros afluentes. Com isso a distribuição dos estabelecimentos e dos empregos no espaço urbano termina por se somar às desvantagens educacionais, à estreiteza das redes sociais (reduzidas por um relativo isolamento e limitadas, por vezes, a vizinhos e famílias nas mesmas condições de vulnerabilidade), e à discriminação racial e social contra os residentes em bairros percebidos como degradados e violentos, reforçando os efeitos adversos das condições de segregação.

No caso de Salvador, onde os problemas ocupacionais são especialmente acentuados, dados do Ministério do Trabalho/RAIS sobre a localização dos estabelecimentos empregadores em 2010, sistematizados por regiões administrativas e adaptados à tipologia socioespacial antes mencionada, deixam patente como os mesmos se encontram concentrados na área central e na Orla Atlântica, sendo bastante escassos nas regiões densamente povoadas do Miolo, do Subúrbio e dos limites da capital com os municípios vizinhos da sua região metropolitana, onde se concentra a população negra.

Conforme constatado por Borges e Carvalho (2017) isso se traduzia em uma concentração de empregos formais de modo bastante desproporcional à distribuição da população no território urbano, como se observa pelos dados da Tabela 2, em especial através do indicador "postos de trabalho/mil habitantes" por região administrativa (RA). Na região Centro, área de ocupação mais antiga, que constituiu o centro administrativo e econômico da cidade até à década de 1970, o número de postos formais era superior ao da própria população moradora, configurando a situação comum de um centro urbano que em muitos trechos já perdeu sua função residencial. No restante do território os postos formais de Salvador se localizavam sobretudo nos espaços de tipo médio e médio superior da Orla Atlântica.

A outra face dessa distribuição ficava visível nas regiões administrativas correspondentes a espaços de tipo popular e popular inferior, ocupadas predominantemente pelos pobres e pelos negros. Nessas regiões

administrativas residiam 42,9% dos habitantes de Salvador em 2010, mas aí eram encontrados apenas 14,1% dos empregos formais do município, revelando a presença de mercados de trabalho locais restritos e elevados níveis de informalidade. Sobre a qualidade dos postos ofertados nos referidos espaços, aliás, pode ser mencionado um dos depoimentos coletados no decorrer da pesquisa de Santos (2018, p. 168), onde um dos entrevistados compara as condições desses postos com aqueles que prevaleceriam nas áreas centrais e afluentes da cidade.

Tem muita diferença, porque a maioria dos trabalhos oferecidos no bairro são trabalhos que têm uma carga horária muito grande, tem pessoas que entram no supermercado para trabalhar 7 horas e saem 10 horas da noite. (Estudante universitário, negro, morador de um bairro popular)

tabela 2
População e postos de trabalho por Regiões Administrativas. Salvador, 2010

regiões administrativas	pessoas residentes		postos de trabalho		postos de trabalho / mil habitantes
	n	%	n	%	
De tipo predominantemente médio ou médio superior					
Centro	100.232	3,5	143.498	20,3	1.431,7
Pituba-Costa Azul	184.298	6,4	136.783	19,3	742,2
Barra	95.348	3,3	46.856	6,6	491,4
Itapuã	235.612	8,1	86.623	12,2	367,7
Boca do Rio-Patamares	118.334	4,3	18.041	5,4	321,5
Brotas	209.112	7,3	58.724	8,3	280,8
Rio Vermelho	133.571	4,6	31.154	4,4	233,2
De tipo predominantemente médio/popular					
Itapagipe	172.921	6,0	23.163	3,3	134,0
Cabula	170.113	5,9	21.516	3,0	126,5
Liberdade	172.685	6,0	16.947	2,4	98,1
São Caetano	212.648	7,3	16.235	2,3	76,3
De tipo predominantemente popular/popular inferior					
Valéria	65.073	2,2	10.698	1,5	164,4
Pau da Lima	264.017	9,1	29.145	4,1	110,3
São Caetano	212.648	7,3	16.235	2,3	76,3
Tancredo Neves	245.230	8,5	18.284	2,6	74,6
Subúrbio	290.017	10,0	19.949	2,8	68,8
Cajazeiras	162.687	5,6	5.460	0,8	33,6
Ilhas	6.434	0,2	-	-	-

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (TEM); RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)/ MINISTÉRIO DA ECONOMIA; DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE)/SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE (SETRE); OBSERVATÓRIO DO TRABALHO. CONFORME BORGES E CARVALHO (2017)

nota: como a área das regiões administrativas não se confunde exatamente com a das aeds, a classificação de sua composição social é aproximada

Essa “geografia de oportunidades”, com a concentração dos postos de trabalho socialmente protegidos nos privilegiados espaços do tipo médio

e médio superior se soma aos impactos adversos de moradia em áreas populares, periféricas e segregadas (como a precariedade das escolas, a estreiteza das redes sociais, os preconceitos e discriminações de ordem social, racial e territorial), contribuindo para dificultar a incorporação produtiva dos seus residentes. Notadamente no caso dos jovens, dos negros, das mulheres, daqueles dotados de menor escolaridade e dos que somam alguns desses atributos, como os jovens negros do sexo masculino, com poucos anos de estudo. Com isso, muitos dos referidos residentes terminam engrossando o contingente dos denominados nem/nem, distanciando-se das instituições integradoras básicas, como a escola e o trabalho, ou mais expostos ao desemprego, à ocupação precária e à violência, como se observa pelos dados da Tabela 3.

tabela 3
Indicadores Ocupacionais por Raça. Salvador, 2010 (Em percentuais)* **

indicadores/raça(1)	município	áreas segundo tipologia		
		médio e médio-superior	médio	popular
Jovens que não estudam, não trabalham nem procuram emprego				
Negros	15,5	12,0	15,6	16,5
Não Negros	13,3	11,0	13,6	15,9
Taxa de desemprego				
Negros	14,0	8,2	13,8	16,2
Não Negros	9,3	5,5	10,2	14,5
Ocupados na informalidade				
Negros	42,6	38,6	42,0	44,5
Não Negros	37,2	33,2	38,8	42,3

IBGE. TABULAÇÕES ESPECIAIS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010. CONFORME BORGES E CARVALHO (2017)

* pardos e pretos, conforme classificação do ibge

** brancos, indígenas e amarelos, conforme classificação do ibge

A concentração da população em áreas homogêneas, precárias e desassistidas tem aumentado igualmente a sua vulnerabilidade civil, com uma maior exposição à criminalidade, à violência e à morte precoce. Moradores de favelas e periferias convivem cotidianamente com essa realidade, que se traduz em restrições à mobilidade, toques de recolher, suspensão de aulas, tiroteios, balas perdidas e um grande número de homicídios, cuja maioria das vítimas é constituída por jovens pobres, negros e de baixa escolaridade. Em Salvador como em tantas outras cidades do país o tráfico de drogas e outras formas de criminalidade têm se apropriado de vários desses espaços, articulando, a partir dos mesmos, sua atuação mais ampla no território da cidade, dominando os moradores locais e recrutando jovens pobres, predominantemente negros e sem perspectivas, para o consumo de drogas e para a delinquência, contribuindo para a deterioração dos padrões de sociabilidade e para o crescimento de violência nos espaços em questão.

De acordo com dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, na metrópole baiana a geografia dos homicídios dolosos se encontra bastante articulada aos padrões de segregação,

com a concentração dos mesmos em áreas do tipo popular localizados geralmente no Miolo e no Subúrbio. Em espaços desse tipo o número de homicídios é bastante alto, como mostra a Figura 6, decrescendo significativamente em áreas do tipo médio e médio superior.

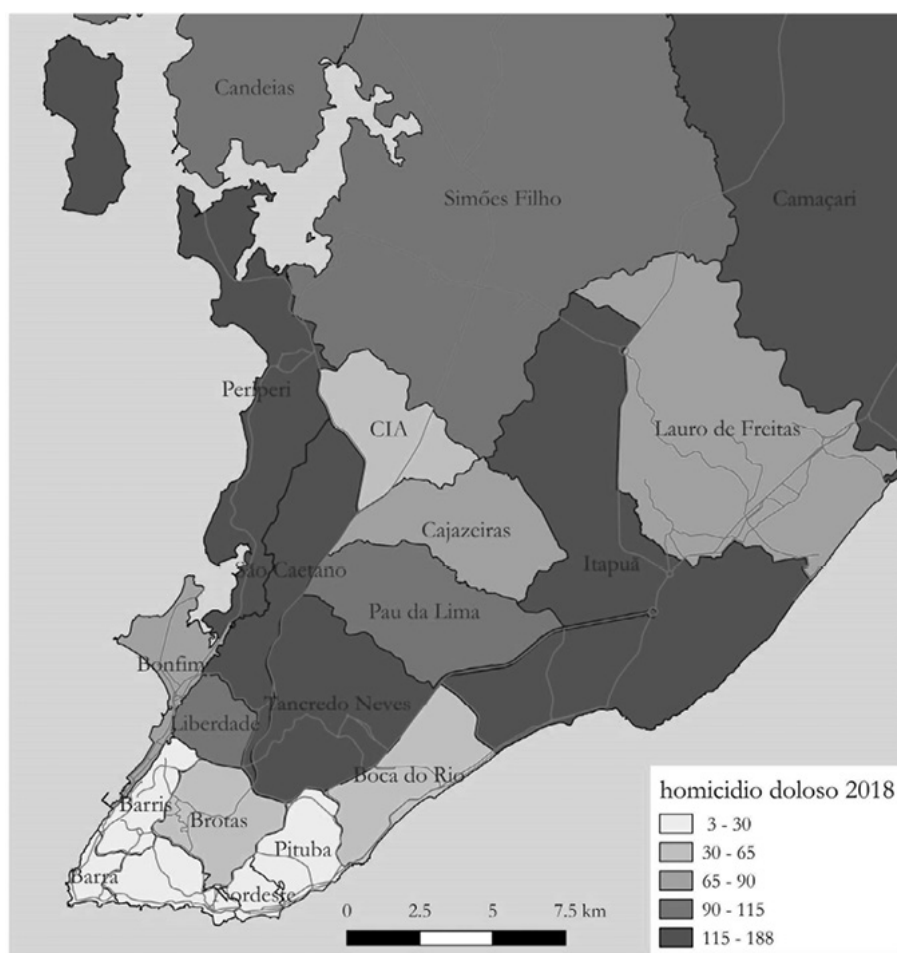


FIGURA 6

Distribuição dos homicídios, Salvador. 2018

SECRETARIA DE SECRETARIA PÚBLICA (SSP), E IBGE (2018)

Uma reportagem do Jornal Correio da Bahia de 2012 sobre o tema apontou que, a despeito da concentração de homicídios, a distribuição do policiamento se dava de forma inversa à sua frequência. Como ressalta Carvalho (2018) a região que compreende os bairros da Graça, Barra e o Corredor da Vitória, reduto elitizado da parcela branca da população, onde haviam ocorrido apenas três homicídios naquele ano, contava com uma Delegacia Territorial e uma companhia da Polícia Militar para cuidar da segurança dos seus 40.997 habitantes. Já os 374.013 moradores de 22 bairros populares, onde em 2012 já haviam morrido 79 pessoas, tinham direito igualmente a uma delegacia. Outra área crítica da cidade, que abrangia nove bairros pobres e predominantemente negros com um contingente de 216.260 habitantes e um registro de 51 vítimas fatais de violência, contava também com uma única delegacia e uma companhia de Polícia Militar, conforme dados oficiais divulgados pela reportagem. Ademais, não se pode ignorar como a violência policial também se abate

frequentemente sobre a juventude negra residente nas áreas e periferias de tipo popular, conforme ressaltado em vários depoimentos coletados por Santos (2018, p. 174) a exemplo do que se segue.

(...) a violência está em todo lugar, sim. Porém aqui na favela ela é muito maior e mais suja. A polícia tem carta branca para forjar a morte de qualquer jovem aqui no bairro. A violência aqui no bairro é consequência do descaso do Estado para com a população. (Estudante, negro, morador de um bairro popular)

Essa realidade aponta para os efeitos institucionais da segregação, ou seja, como o Estado contribui para o “efeito território” através da oferta de serviços públicos de baixa qualidade e do tratamento diferenciado por parte dos implementadores das políticas públicas, como nesse caso da política de segurança (Andrade & Silveira, 2013). Segundo Wacquant, Slater e Pereira (2014) nas cidades contemporâneas o espaço se transformou numa dimensão de descrédito, projetando “marcas” que conformam uma “estigmatização territorial” que perpassa um conjunto de agentes sociais, como os próprios moradores (que têm sua autoestima corroída, o que dificulta trajetórias individuais de sucesso e diminui sua capacidade de ação coletiva), os empresários (que evitam a contratação de moradores de determinados bairros), os funcionários públicos da chamada burocracia de nível de rua e os especialistas da produção simbólica (como jornalistas, acadêmicos e mesmo políticos, que difundem tais percepções estigmatizantes).

Finalizando

Outros indicadores poderiam ser agregados à presente discussão. Em Salvador como em outras grandes cidades brasileiras equipamentos culturais e de lazer, como teatros, museus, parques públicos e quadras esportivas, se encontram quase que absolutamente concentrados na “área nobre” da cidade. Além disso, os padrões de ocupação do solo urbano e de segregação, a “cultura do automóvel” e a carência de políticas direcionadas a uma maior descentralização das atividades e de um sistema de transporte público mais integrado e eficiente vêm ampliando os problemas de mobilidade e penalizando especialmente os contingentes pobres, negros e moradores dos bairros periféricos e mais distantes, pontos de partida da grande maioria das viagens em direção ao trabalho e aos equipamentos e serviços urbanos. Viagens realizadas em um sistema de transportes de muito baixa qualidade, com uma elevação dos custos monetários e não monetários dos deslocamentos, obrigando uma parcela não desprezível dos referidos moradores, inclusive, a realizar longos deslocamentos a pé, ou a permanecer relativamente confinados nos seus espaços de moradia.

Fica patente, portanto, uma estreita articulação entre as desigualdades raciais e os padrões de apropriação e fruição do espaço urbano, na medida em que o espaço social, as hierarquias e as desigualdades também se traduzem no território. Os segmentos que se encontram no topo do espaço social e de suas hierarquias, em decorrência do capital econômico, social e cultural e de que são detentores, têm a capacidade de se apropriar

dos espaços mais seletivos e privilegiados e dos bens e serviços mais raros e desejáveis aí instalados. Já aqueles que estão na base da estrutura e das hierarquias são mantidos à distância desses espaços e levados a se instalar em áreas mais desfavoráveis, distantes e desassistidas, onde carências de várias ordens se conjugam e se reforçam, agravando a despossessão.

Como foi visto ao longo do presente trabalho, no caso do Brasil e de Salvador isso vem afetando especialmente a parcela negra da população, historicamente explorada, discriminada e majoritariamente pauperizada. Ficam patentes, portanto, os impactos do “efeito território”, que são associados à dinâmica do mercado, à oferta de oportunidades, da emergência e consolidação dos estigmas territoriais e das próprias políticas institucionais. Por isso, cabe ampliar os debates sobre os fenômenos abordados no presente trabalho, e lutar por sua transformação, contribuindo para o combate às desigualdades raciais e para a construção de cidades mais justas e democráticas.

Referências bibliográficas

- Ainsworth, J. W. L. (2002). Why does it take a village? The mediation of neighborhood effects on educational achievement. *Social Forces*, 81(1), 17-152. <https://doi.org/10.1353/sof.2002.0038>
- Andrade, L. T. & Silveira, L. S. (2013). Efeito território. Explorações em torno de um conceito sociológico. *Civitas - Revista de Ciências Sociais* (Porto Alegre), 13(2), 381-402. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.14295>
- Arantes, R. de A. (2016). O(s) espaço(s) público(s) numa cidade desigual e segregada. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Borges, Â. M. C. & Carvalho, I. M. M. de (2017). Revisitando os efeitos de lugar: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira. *Caderno CRH* (Salvador), 30(79), 121-135. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-49792017000100008>
- Bourdieu, P. (1997). Efeitos de lugar. Em P. Bourdieu (Coord.), *A miséria do mundo* (pp. 159-166) (3ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Caldeira, T. P. do R. (2000). *Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP/Editora 34.
- Carvalho, I. M. M. de (2018). Desigualdades raciais no espaço urbano. Trabalho apresentado ao Seminário A Cidade e a Sujeição Racial, São Paulo, Laboratório de estudos sobre raça e espaço urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).
- Carvalho, I. M. M. de & Pereira, G. C. (2008). *Como anda Salvador* (2ª ed.). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Carvalho, I. M. M. de & Pereira, G. C. (2014). *Salvador: Transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles.
- Costa Silva, D. R. da (2016). *Vazios ocultos: dinâmica urbana e acesso à educação básica em Salvador*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/diogo_reyes_da_costa_silva.pdf

- França, D. (2015). Desigualdades e segregação residencial por raça e classe. Em E. Marques (Org.), A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades (pp. 223-251). São Paulo: Editora UNESP.
- Garcia, A. dos S. (2009). Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro: Cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital.
- Gomes, S. & Amitrano, C. (2005). Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao emprego e desemprego. Em E. Marques & H. Torres (Orgs.), São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).
- Jargowsky, R. A (1996). Take the money and run: economic segregation in U.S. metropolitan areas. *American Sociological Review*, 61(6), 984-998. <http://doi.org/10.2307/2096304>
- Katzman, R. & Retamoso, A. (2005). Segregación espacial, empleo y pobreza en Montevideo [LC/G.2266-P]. *Revista CEPAL*, (85), 131-148. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11004/1/085131148_es.pdf
- Katzman, R. & Retamoso, A. (2006). Segregación residencial en Montevideo. Desafíos para la equidad educativa. Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- Kowarick, L. (1979). A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Marques, E. & Torres, H. (Orgs.). (2005). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).
- Molinatti, F. (2013). Segregación residencial e inserción laboral en la ciudad de Córdoba. *EURE*, 39(117), 117-145. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612013000200006>
- Munanga, K. (2006). Prefácio. Em M. N. Silva, Nem para todos é a cidade: Segregação urbana e racial em São Paulo (pp. xi-xii). Brasília: Fundação Cultural Palmares. <https://bit.ly/3eg0BHO>
- Préteceille, E. (2003). La segregación ethno raciale a-t-elle augmenté dans la métropole parisienne? *Revue Française de Sociologie*, 50(3), 489-519. <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-1-2009-3-page-489.htm#>
- Ribeiro, L. C. Q. (2005). Segregação residencial e segmentação social: o "efeito vizinhança" na reprodução de pobreza nas metrópoles brasileiras. *Cadernos Metrópole* (São Paulo), (13), 47-70.
- Ribeiro, L. C. Q. & Katzman, R. (2008). A cidade contra a escola. Segregação urbana e desigualdades educacionais nas grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Ribeiro, L. C. Q., Koslinski, M. C., Alves, F. & Lasmar, C. (Orgs.). (2010). Desigualdades urbanas, desigualdades escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles.
- Ribeiro, L. C. Q. & Ribeiro, M. G. (2013). Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles.
- Rodríguez, J. (2008). Movilidad cotidiana, desigualdad social y segregación residencial en cuatro metrópolis de América Latina. *EURE*, 34(103), 49-71. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612008000300003>

- Rolnik, R. (1989). Territórios negros nas cidades brasileiras (Etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). *Estudos Afro-Asiáticos*, (17), 29-41.
- Ruiz-Tagle, J. (2016). La persistencia de la segregación y la desigualdad en barrios socialmente diversos: un estudio de caso en La Florida, Santiago. *EURE*, 42(125), 81-108. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612016000100004>
- Sabatini, F., Wormald, G. & Rasse, A. (Eds.). (2013). Segregación de la vivienda social: ocho conjuntos en Santiago. Concepcion y Talca. Santiago: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, Pontificia Universidad Católica de Chile.
- Santos, L. M. S. dos (2018). As Fronteiras do lugar na vida dos jovens: um estudo nos bairros de nordeste de Amaralina e Nova Brasília de Itapuã em Salvador-Bahia. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Santos, M. (1993). A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec.
- Seravi, G. A. (2008). Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México. *EURE*, 34(103), 93-110. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612008000300005>
- Serpa, A. (2013). Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. Em P. de A. Vasconcelos, R. L. Corrêa & S. M. Pintaquidi (Orgs.), *A cidade contemporânea: segregação espacial* (pp. 169-188). São Paulo: Contexto.
- Silva, M. N. (2006). Nem para todos é a cidade: Segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília: Fundação Cultural Palmares.
- Silveira, L. S. (2014). Segregação residencial e diferencial racial de renda: Estrutura e distribuição geográfica por raça na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Solís, P. & Puga, I. (2011). Efectos del nivel socioeconómico de la zona de residencia sobre el proceso de estratificación social en Monterrey. *Estudios Demográficos y Urbanos*, 26(2), 233-265. <http://dx.doi.org/10.24201/edu.v26i2.1383>
- Telles, E. E. (2003). Racismo à brasileira, uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Raleime Dumará/Fundação Ford.
- Torres, H. G., Marques, E., Ferreira, M. P. & Bitá, S. (2003). Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, 17(47), 97-128. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000100006>.
- Treuke, S. (2018). Explorando a dimensão espacial da pobreza em três bairros de Salvador, Bahia, Brasil, a partir do efeito território. Tese de doutorado de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
- Van Zanten, A. (2005). L'école de la périphérie. Scolarité et ségrégation en banlieue. Paris: Presses Universitaires de France (PUF).
- Villaça, F. (1998). Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel.
- Wacquant, L. (2008). As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo.
- Wacquant, L., Slater, T. & Pereira, V. B. (2014). Territorial stigmatization in action. *Environment and Planning A*, 46(6), 1270-1280. <https://doi.org/10.1068%2Fa4606ge>
- Wilson, W. J. (1987). The truly disadvantaged. The inner city, the underclass and public policy. Chicago, IL: The University of Chicago Press.

Notas

- 1 Esta metodologia envolve a utilização dos microdados censitários para classificar a população economicamente ativa em categorias sócio ocupacionais mais abrangentes (considerando a relevância do trabalho para a compreensão das hierarquias e da estrutura social) e analisar a sua distribuição no espaço urbano, utilizando como recorte territorial áreas definidas por uma agregação de setores censitários utilizadas em 2000 e 2010 pelo IBGE. Assim é criada uma tipologia socioespacial na qual os tipos são classificados através de técnicas de Análise Fatorial por Correspondência Binária (para identificar as categorias ocupacionais mais relevantes em cada recorte territorial) e de um Sistema de Classificação Hierárquica Ascendente (que define os agrupamentos a partir dos fatores extraídos da análise anterior, levando em conta a proximidade dos perfis das áreas e sua distância em relação ao perfil médio) (Carvalho & Pereira, 2008). Para uma compreensão mais aprofundada, ver Ribeiro e Ribeiro (2013).
- 2 Nas áreas consideradas como superior predominavam os grandes empresários, o dirigentes do setor público e do setor privado, ao lado do grupo denominado como "intelectuais" (profissionais de nível superior, autônomos ou empregados); na média superior, o predomínio era dos intelectuais; na média os profissionais de nível superior se misturavam com pequenos empregadores e trabalhadores em ocupações técnicas, de escritório, ocupações médias de educação, saúde e similares; nas áreas de tipo popular se concentravam trabalhadores manuais da indústria e do comércio, assim como prestadores de serviços com alguma qualificação; nas classificadas como popular inferior, havia uma conjugação de prestadores de serviços não qualificados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros.
- 3 Como foi visto anteriormente, os negros representam a grande maioria da população da capital baiana. No Censo de 2010, 17,9% dos seus moradores se autodeclararam brancos, 26,8% pretos e 53,4% pardos. Já na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do primeiro trimestre de 2018 esses números foram de, respectivamente, 16,8%, 33,5% e 49,4%.